

A vanguarda do atraso e o ritmo da dominação burguesa: um exercício para o estudo de duas missões da USAID ao Brasil em 1970

The vanguard of backwardness and the rhythm of bourgeois domination: an exercise for the study of two USAID missions to Brazil in 1970

Diego Martins Dória Paulo*

Resumo

O artigo apresenta um primeiro esforço interpretativo de duas missões da United States Agency for International Development (USAID) ao Brasil em 1970. Nesse sentido, são destacadas as relações das iniciativas com as transformações verificadas na estrutura de classes da sociedade brasileira a partir dos anos 1950. Pretende-se, dessa forma, avaliar em que medida essas movimentações correspondem ao desenvolvimento de uma forma política para o capital multinacional no país.

Palavras-chave: *think tanks*; capital multinacional e associado; USAID

Abstract

This paper presents a first interpretative effort of two missions of the United States Agency for International Development (USAID) to Brazil in 1970. The relations of the initiatives with the transformations verified in the class structure of Brazilian society from the 1950s are highlighted. Thus, it is intended to assess the extent to which these movements correspond to the development of a political form for a multinational capital in the country.

Keywords: *think tanks*; multinational and associated capital; USAID

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor substituto do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, também cumpre estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Introdução

Em 1970, a *United States Agency for International Development* (USAID) conduziu duas missões ao Brasil. A documentação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América revela que as excursões compartilhavam um objetivo, qual seja, ampliar os canais de pressão sobre a ditadura instaurada no país na sequência do golpe de 1964. Conduzidas pela *Brookings Institution*, um dos mais importantes *think tanks* de Washington, e por uma equipe organizada por membros da *State University of New York* (o “SUNY Team”), as expedições realizaram encontros no Congresso Nacional e em importantes organizações da sociedade civil brasileira – notadamente a Fundação Getúlio Vargas. Nessas ocasiões, discutiu-se formas de aprimorar o sistema político do país, no sentido de assegurar maior eficiência de sua operação. Também procurou-se estimular, junto a lideranças burguesas do país, a formação de organizações homólogas aos *think tanks* estadunidenses, com a *Brookings Institution* servindo de modelo de inspiração.

O presente artigo apresenta uma primeira tentativa de compreender esse objeto. O exercício aqui praticado experimenta observá-lo à luz das determinações postas pela estrutura de classes no Brasil. Na primeira seção, destaca-se como essa formação social é erguida sobre uma matriz de desenvolvimento *dependente e retardatário* – o que explica o prestígio logrado pelas miragens do *moderno* emanadas a partir dos países do centro do capitalismo. Ainda na abertura do texto, também em tributo a René Dreifuss, alude-se à formação do que o autor chamou de *capital multinacional e associado*, investigando-se de que maneira seu fortalecimento impacta a dimensão política brasileira. Reflexões sobre a forma política desse capital, por seu turno, ocupam a segunda seção do artigo, quando são apontados os resultados logrados até aqui pela pesquisa que vem sendo realizada com a documentação sobre as duas missões da USAID – em acervo cujo acesso por meio digital tem sido viabilizado graças ao trabalho conduzido em conjunto pela Universidade de Maringá e pela Universidade de Brown, nos Estados Unidos.

A última parte do artigo apresenta os limites do empreendimento burguês que anima o desenvolvimento da forma política que aqui se tenta acompanhar. O recurso a um produto cultural das classes trabalhadoras elaborado em uma importante encruzilhada histórica, aqui tornado fonte de pesquisa, objetiva indicar o modesto alcance do projeto analisado nas linhas que antecedem esse ponto do estudo. A escolha do documento revela ainda uma opção estética, cujo colorido claramente nacional-popular tenta dizer algo pelo contraste com o tom monocórdico e com a linguagem cifrada típicos da documentação produzida por um projeto tecnocrático como o que se acompanha até ali. É, finalmente, opção expositiva ter se evitado considerações finais – nesse caso, ao ver do autor, de impossível realização em um esforço inicial como o que se tem na tela.

O ritmo da dominação burguesa no Brasil (1945-1964)

A hipótese que fundamenta o recorte do objeto trabalhado no presente texto propõe que a formação do capitalismo no Brasil repôs em outros termos o problema da dominação no país. Considerando sua história à luz da interação entre as *crises políticas*, entendidas aqui como momentos de concentração das disputas pelo futuro social, e a forma como se dá a produção e reprodução da vida humana nos limites que

esse processo estabelece, percebe-se que a estruturação daquele modo de produção, em matriz *dependente* e *retardatária*, determina características específicas dessa formação social. Nesta seção do trabalho, procuro investigar a dinâmica da politização e suas relações com o problema da hegemonia burguesa no Brasil do pós-guerra ao golpe de 1964¹. A intenção é delinear os contornos gerais do processo a fim de mostrar como a formação da burguesia e suas frações no país age contraditoriamente com os objetivos de estabilização da ordem.

Antes de passar ao trato do período proposto, apresento sinteticamente elementos que se cristalizam no desenvolvimento dessa classe no Brasil. É, assim, importante destacar que, no país, os que dominam o fazem no interior de uma hierarquia posta pela forma de sua inserção em um sistema internacional. Nessa hierarquia, as burguesias brasileiras ocupam posição subordinada, e a forma de narrar a natureza dessa subordinação a atrela a uma dinâmica temporal, na qual sua posição é explicitada pela noção de *atraso*. Essa *Consciência catastrófica do atraso nacional*², manifestada entre nós pelo menos desde a conhecida geração de 1870 (Alonso, 2002), impelia a busca pela aceleração da história, pondo como tendência na formação daqueles setores dominantes a tentativa de comprimir o tempo da revolução burguesa no Brasil. Isso favorecia entre as vanguardas dominantes uma certa relação com seu *povo*, tido geralmente como óbice ao desenvolvimento – seja pelo seu suposto ritmo social demasiadamente lento³, seja porque esse *povo* conteria a semente da revolta imaginada no tempo à frente⁴. É claro que a ideia de que existem etapas e estas podem ser saltadas ou pelo menos encurtadas, independentemente da ilusão de um tempo histórico linear e progressivo, aliás, muito influente no fim do século XIX, reflete um movimento real dessa classe, a saber, a intensificação dos saltos qualitativos da burguesia e de suas frações no Brasil pelo menos desde meados dos Oitocentos, quando o segundo fim le-

¹ Considera-se *hegemonia* à luz das ideias de Antônio Gramsci, isto é, como expressão da *direção* (moral, intelectual) de uma classe ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade. O estudo da *hegemonia*, portanto, deve necessariamente contemplar espécie de genealogia das classes que aspiram à hegemonia, com o fito de compreender as formas de exercício do poder. No nosso caso, dada a condição *retardatária* do desenvolvimento burguês, operam tendências ao desenvolvimento associado àquelas classes e frações de classes que estão *à frente* e, por isso, são modelares – notadamente, as congêneres brasileiras presentes nos países centrais. Curioso notar que o que vale para as classes dominantes tem sido lido precisamente ao contrário pelas classes dominadas. A formulação de que a periferia é o *elo fraco das cadeias do sistema* expressa à maneira de fórmula a tentativa de inversão daquela relação.

² A expressão é do crítico literário Antônio Cândido.

³ A noção de *povo* é, claro, imprecisa, mas seu uso aqui tenta captar a imprecisão das vanguardas burguesas da virada dos séculos XIX e XX na definição do arcaísmo brasileiro, ora visto na “ignorantes das elites” e de suas instituições, em um movimento de autocritica dos dominantes que marca seu desenvolvimento; ora visto como produto da participação dos subalternos na história. Neste caso, o espectro de interpretações se estendia das considerações *fatalistas*, de corte *racial*, que atribuía à miscigenação o ritmo histórico *mais lento* logrado entre nós; às perspectivas mais otimistas, que identificavam a possibilidade de *progressão* desse *povo*, ainda que os modos autoritários dos métodos indicassem desconfiança em seu desenvolvimento autônomo. Os debates sobre o Brasil e os brasileiros nesta conjuntura podem ser acompanhados em Schwarcz (1993).

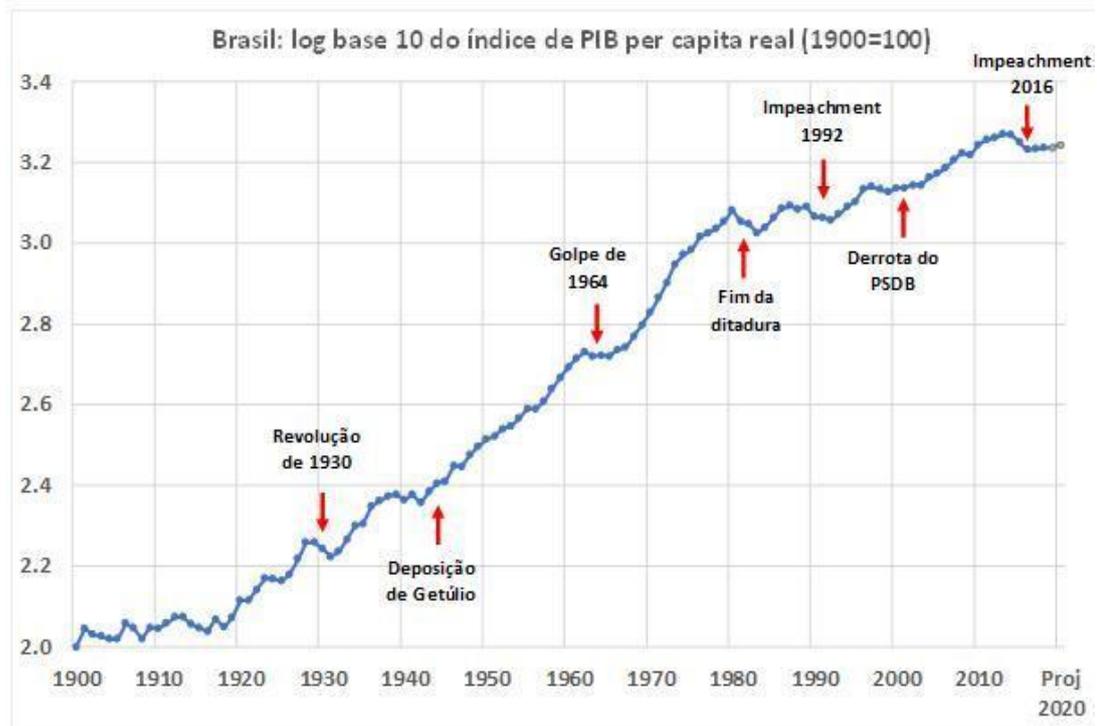
⁴ Isto é, nos países centrais.

gal do tráfico atlântico de escravizados liberou imensa massa de capitais para valorização em outros setores (Prado Junior, 1980, p. 168-204). Por outro lado, por esses saltos qualitativos se darem em um período histórico em que a burguesia se desenvolveu como *classe contrarrevolucionária*, processo que resulta no que Marx bem qualificou como *decadência ideológica*, essa *consciência do atraso* tendeu a *reificar* o tempo histórico, ocultando as relações de poder que se encobrem por uma ideologia do progresso (Marx, 2014, p. 83-92). A consciência do atraso é, assim, a consciência de uma potencialidade que está *condenada ao futuro* e que, por isso, só se pode realizar como atualização da *expectativa*, pressionando os dominantes para que se *ande rápido para frente*, idealmente *se antecipando e desviando* dos obstáculos postos no caminho⁵.

A sedimentação dessa urgência na imaginação dos problemas do Brasil pelos dominantes fica indicada em produção recente de Nelson Barbosa, professor titular da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). Em texto de 2020 publicado na *internet*, o acadêmico argumenta haver relação, pelo menos desde a “decolagem” do capitalismo no Brasil, entre a “desaceleração” do “crescimento econômico” e as crises políticas no país – o que sugere que a aceleração daquele crescimento, embora desejável por uma classe marcada pela expectativa do futuro, torne mais urgente o ritmo de renovação das formas de dominação, sob pena de diminuição do compasso pelo atraso das crises⁶. O gráfico elaborado por Barbosa ilustra o argumento ao descrever uma linha ascendente de crescimento do PIB pontuada por manifestações de crises políticas expressando o prolongamento dos períodos de relativa estagnação, que perduram até a resolução do problema pelo aparecimento de uma nova forma eficaz de dominação.

⁵ Esse *andar para frente* do período aqui estudado é traduzido pela tentativa de alinhar as diretrizes políticas internas às exaradas pelo quadro de modelos internacionais de desenvolvimento burguês – não podendo ser confundido, portanto, com uma missão social centrada na ideia da *soberania nacional*, como queriam os defensores da tese da burguesia nacional. Dessa forma, percebe-se que a *consciência do atraso* referida, ao passo que revela uma condição real da sociedade brasileira, limita-se a constatar como fatalidade a desigualdade de ritmos históricos. A *consciência do atraso* sendo *consciência de um desenvolvimento dependente e associado*, pode, por isso, articular de forma aparentemente paradoxal a *busca pela aceleração do tempo histórico* com a *reificação da hierarquia do sistema* – o que, no mais, torna a burguesia brasileira bem merecedora do epíteto de *vanguarda do atraso* que intitula este texto.

⁶ *Populações meridionais do Brasil*, o clássico de Oliveira Viana, publicado em 1918, nos dá pistas de como então se imaginava o ritmo de obsolescência das formas de dominação em uma etapa de *desenvolvimento acelerado da sociedade*. Cito o autor: “Nós (...) fizemos a nossa dilatação territorial como que por jatos, bruscamente, de um modo febril, intermitente, descontínuo. Bandeiras sertanistas, explorações mineradoras, fundações pastoris e agrícolas, tudo é feito por movimentos descoordenados, independentes uns dos outros, salteadamente, ao léu dos impulsos individuais, tendo apenas como uma única força de propulsão o interesse ou a cobiça dos poderosos chefes de clã. (...) *Incapaz de mover-se com o mesmo ritmo e a mesma rapidez*, o poder colonial, com a sua complicada entrosagem administrativa, quando tenta acompanhar esse singularíssimo movimento expansionista, *o faz sempre com detrimento da sua força e da sua eficiência*” (Viana, 2005, p. 274).

Figura 1. Brasil: log base 10 do índice de PIB per capita real (1900=100)

Fonte: Barbosa, 2020.

Esse tipo de miragem de classe – propriamente *ideológica*⁷ - impeliu esforços de *modernização do sistema político* no Brasil a partir dos anos 1920, o que indica sua relação com a reorganização das formas de dominação no país. Com efeito, o consenso historiográfico sobre aquela década estabelece como motor da crise o acirramento das contradições no interior de uma sociedade que se torna rapidamente complexa demais para os arranjos de poder então vigentes (Ferreira; Pinto, 2006). Com efeito, *modernizar* aqui contempla o esforço de internalizar fórmulas de desenvolvimento experimentadas alhures⁸. Nesse sentido, vale lembrar da influência da escola rostowiana nos anos 1950 e 1960, cujo clássico *Etapas do desenvolvimento econômico* ficou conhecido pelo determinismo histórico que projetava os países do capitalismo central como futuro necessário do desenvolvimento da sociabilidade burguesa – em movimento que expressa, por sua vez, a reorganização do imperialismo no pós-guerra. Já sobre a influência de modelos para a interpretação dos *males do povo*, o prestígio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a celebração de programas de

⁷ Sobre *ideologia*, ver: Marx; Engels (2007, p. 40-74 e *passim*).

⁸ Nesse sentido, entendo que o “moderno” é a projeção do que é experimentado com sucesso invariavelmente no centro do capitalismo, posto ser esse sucesso a expressão dessa centralidade. A busca pela modernização, assim, é condição própria da marginalidade de uma classe dominante-dominada que projeta sua subordinação à maneira de uma dinâmica temporal na qual o futuro é o polo de poder próprio das classes dominantes-dominantes. Sendo o futuro por definição aquilo que só pode se realizar como expectativa, a modernização é um processo que só pode ter fim em conjunto com as relações de força que ela exprime – isto é, com o fim do próprio capitalismo. O tom contrarrevolucionário que distingue a classe dominante brasileira, no entanto, condena o Brasil a *ainda não ser*, isto é, a ser eternamente o país do futuro.

auxílio *técnico* e de *capital* dos Estados Unidos ao “desenvolvimento do Brasil” certamente têm muito a dizer.

A necessidade de olhar para fora em busca de modelos de ação deriva também das profundas transformações sociais vivenciadas no período. Comparando os recenseamentos demográficos de 1940 a 1970, destaco alguns elementos para análise. No primeiro levantamento, a população rural representava 69% dos 41.236.315 de residentes no Brasil, ante 31% dos que viviam em cidades. Em 1970, os dados registraram o crescimento acelerado da urbanização: eram 52.904,744 as pessoas que viviam em cidades, ou 56% da população, frente aos 41.603,810 habitantes do campo, 44% do total (IBGE, 1970, p.87). O número de cidades consideradas grandes (com mais de 10 mil habitantes) também apresenta um movimento importante. Em 1950, eram 220 no total, onde residiam 12.143,502 de pessoas, ou 64,66% da população que habitava o perímetro urbano. Em 1970, o número de cidades daquele tamanho salta para 652, e elas abrigavam 41.574,620 pessoas, ou 78,59% da população urbana que residia no Brasil (IBGE, 1970, p.39). Temos, portanto, um movimento que indica a mudança do eixo da formação social brasileira – com o deslocamento do centro demográfico não apenas do campo para as cidades, mas em particular para as grandes cidades⁹.

Como se vê, são dados importantes para pensar as formas de dominação no Brasil, consideradas as diferenças no exercício do poder entre campo e cidade no período estudado. O que se argumenta é que a transição demográfica brasileira assinala um período de inventividade das formas de dominação, aberto pela diluição dos laços de poder tipicamente rurais entre aqueles que migram para os centros urbanos. Entre 1945 e 1964, as crises políticas identificadas no gráfico acima em interação com o ritmo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim, são crises de uma sociedade em acelerado processo de urbanização, o que põe um horizonte novo para as classes dominantes no país – cujo inventário de tecnologias políticas era oriundo de um mundo agrário, marcado por outro tempo e modo de vida.

O *populismo* é o feixe dos experimentos políticos levados a cabo neste período de particular inventividade. Com efeito, os estudos do fenômeno captam bem a relevância dessa dinâmica demográfica na sua estruturação, ainda que eventualmente tenham operado com dicotomias que expressam a influência do esquema temporal exprimido pela *consciência do atraso*¹⁰. Mais do que um debate sobre o *estado da arte* do conceito, convém aqui eleger um trabalho com o qual se pode abrir diálogo capaz de aproximar os contornos do objeto que se tenta definir.

⁹ Assim, é possível argumentar que no período em tela as grandes cidades passam a ser o centro dinâmico da vida política no Brasil, pelo menos do ponto de vista burguês, posto que esse tende a se adequar ao movimento do capitalismo. O viver nos centros urbanos era viver no tempo do mundo, é poder experimentar o progresso e, portanto, aproximar-se do futuro esperado. Tanto é assim que quando se resolveu transplantar a capital federal do Rio de Janeiro para o centro geográfico do país, foi assumido que este deveria necessariamente ser uma *cidade grande*, onde imensas avenidas inicialmente ligaram o nada a lugar nenhum. O esforço *suntuário* da construção de Brasília, por conseguinte, dá a dimensão do prestígio que a vida urbana logra alcançar no período.

¹⁰ Os trabalhadores rurais que migram para a cidade seriam, nessa perspectiva, atravessados por determinações do *mundo arcaico* de origem – *ingênuos, malformados, ignorantes, atrasados, vetores de doenças etc.* – exceção feita aos migrantes de origem europeia, alguns supostamente conhecedores de *técnicas valiosas*.

A escolha foi a obra clássica de René Dreifuss - *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981). Isso porque o autor, em seu primeiro capítulo, consegue combinar densa síntese de estudos sobre o fenômeno com o estudo de uma temporalidade que permite aproximação aos contornos do nosso objeto no período aqui recortado. Assim, o autor sustenta que, a partir de 1930, manobras de inclusão subordinada de trabalhadores e trabalhadoras na arena política se combinaram à repressão de sua autonomia organizativa e ao insulamento de setores do Estado à sua participação. A situação em 1945, durante a crise política que prepararia as formas de dominação do período seguinte, é assim descrita por Dreifuss.

Getúlio Vargas estava lançando bases para a constituição de uma nova forma de organização política do governo e de um novo regime. Forças sócio-econômicas emergentes, assim como novas demandas sócio-políticas, necessitavam ser acomodadas. A limitada convergência de classe no poder, o corporativismo associativo e o autoritarismo do Estado Novo foram integrados e sintetizados numa fórmula nacional de ‘desenvolvimento’ que, sob o nome genérico de populismo, tentava estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de quarenta. Através do populismo, o Executivo procurava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB. Esses dois partidos, apesar de imprecisos em seus apelos programáticos, eram efetivas máquinas de domínio ideológico e controle social, o primeiro deles operando como o partido do poder e o segundo como o partido de legitimação da ordem vigente. Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado Congresso. Contudo, a posição privilegiada que os industriais haviam conseguido no Executivo através de uma estrutura corporativista de associação foi preservada, embora controlada pelo Congresso” (Dreifuss, 1981, p 27).

Reacomodavam-se assim, provisória e parcialmente, os interesses fortalecidos e desenvolvidos desde 1930, ainda que eventualmente tenha parecido necessário o recurso à violência aberta. Isso porque, no período, o esforço de industrialização perseguido através do Estado modificou as relações de poder entre os grupos sociais, impactando diretamente a estrutura de classes no país¹¹. Uma fração burguesa fabril foi fortalecida, ao passo que o acelerado processo de urbanização liberava um grande contingente humano das relações de poder que estruturavam a vida no campo. O resultado foi uma corrida ao associativismo civil urbano, arena na qual novamente o poder de classe se fez determinante por meio do Estado, favorecendo a mobilização empresarial e combatendo a organização autônoma da classe trabalhadora. Isso se dava quando a sociedade civil então existente não lograva conter as manifestações do proletariado – o que é visto com clareza sobretudo durante o governo Dutra, refletindo

¹¹ O termo “através” foi escolhido pela sua capacidade de ilustrar o Estado como *dimensão de ação política, através* da qual aqueles que conseguem ocupar seus centros de poder exercem a prerrogativa de mando. Deste ponto de vista, o Estado não pode ser um *sujeito* nem um *instrumento*, mas a expressão, naquela dimensão, da correlação de forças existentes na sociedade em um dado momento. Entende-se sinteticamente, por isso, o Estado como uma *relação social*. Ver: Poulantzas (1985).

internamente o clima da chamada Guerra Fria e a ascendência do movimento comunista internacional. Na avaliação de Dreifuss, aquele ajuste certamente precário, no entanto, foi suficiente para que a facção fabril conseguisse tornar a *busca pelo progresso* – compreendido na forma do *industrialismo*¹² – o “*bias*” do Estado brasileiro no período (Dreifuss, 1981).

O *industrialismo* revelava a ascendência entre nós do esquema de *etapas do desenvolvimento histórico* em estado prático. Na verdade, foi manifestação própria dessa consciência do atraso que distingue nossa classe dominante, o que, por sua vez, determinava o ritmo de execução daquele projeto. A percepção da “defasagem”, que então se alargava, graças ao ritmo do desenvolvimento tecnológico logrado no centro do sistema, era o acicate que apeava suas “fugas para frente”¹³. A *linha branca* (refrigeradores, *freezers*, máquinas de lavar roupa, secadoras), inicialmente importada a custos faraônicos, nesse sentido, estampou anúncios publicitários nos grandes jornais do período, tornada símbolo do *moderno*, sobretudo por permitir um novo ritmo de vida.

A expansão acelerada do sistema fabril, contudo, colocava obstáculos propriamente sistêmicos em seu curso. Assim, a superação dos *gargalos de desenvolvimento*, postos pela *carência* de capital e tecnologia, foi a questão do capitalismo brasileiro naquele tempo (Gremaud; Saes; Júnior, 1997) – contemporâneo da reorganização imperialista no plano internacional e das turbulências na ordem impingidas pela ascensão das lutas dos trabalhadores pelo mundo. Nesse sentido, a solução do debate sintetizou as transformações da estrutura de classes verificada no Brasil do período, resultando na opção pela abertura do país à exploração de uma fração burguesa multinacional, em posse de capitais, máquinas e técnicas demandas pelo esforço de *modernização*¹⁴. Essa fração concordou em franquear uma parte de seus empreendimentos no país ao capital brasileiro, ainda que tentasse isolá-lo dos centros da direção empresarial – espaço estratégico para a definição dos limites do poder de uma classe dominante que em nível sistêmico deve ser *classe dominante-dominada*. Claro, o espaço franqueado à participação brasileira na iniciativa foi rapidamente ocupado por um grupo de empresários cuja miragem de progresso era logicamente similar à busca pela *civilisation française* empreendida pela aristocracia brasileira um século antes. Ambas as expressões daquela *consciência do atraso* experimentada pela condição de dominante em uma posição periférica – substancialmente a mesma nos dois momentos, mas cujas particularidades do momento lastream a formação do capital multinacional e associado no país, com desdobramentos próprios sobre a arena política brasileira. René

¹² O *industrialismo* no período representava um movimento de superação, no interior das classes dominantes no Brasil, de uma perspectiva que via o centro dinâmico da vida social brasileira no campo – o *ruralismo*. O *industrialismo* compreende, por conseguinte, um novo tipo de diagnóstico dos problemas brasileiros, com grande destaque dado à *imaturidade* do capitalismo no país, bem como um novo tipo de encaminhamento para sua solução – a identificação de seu desenvolvimento com o desenvolvimento *fabril*. Sobre o *ruralismo brasileiro*, ver: Mendonça (1997)

¹³ Interessante análise sobre as determinações políticas das “revoluções tecnológicas” do pós-guerra está em Mandel (1982).

¹⁴ A instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), adotada em janeiro de 1955 por Café Filho, é lembrada como a expressão jurídico-política desse processo. Ver: Dreifuss (1981).

Dreifuss exprime assim o movimento dessas transformações no governo Juscelino Kubitschek.

Sob a cobertura das políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, medrava-se um pacote tecnológico direcionado às indústrias de proa incipientes como, por exemplo, a indústria automobilística e construção naval, produtos químicos e farmacêuticos, maquinaria e produtos elétricos, papel e celulose, proporcionando a matriz econômica para o renovado desenvolvimento de uma burguesia associada. Esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know-how*. A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek impulsionava as transformações que já se faziam sentir na estrutura sócio-econômica do Brasil, como, por exemplo, uma maior sofisticação do mercado interno, o crescimento das empresas, uma produção mais completa, a expansão das indústrias básicas, a tendência para a urbanização e concentração metropolitana, uma intensificação de disparidades setoriais de desigualdades sociais e regionais. Além disso, a política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado (Dreifuss, 1981, p. 34).

Nesse caminho, a “combinação original e mesmo *sui generis*, a saber, a convergência de classe populista e sua forma de domínio interagindo com o capital monopolista transnacional” - que, acrescento, há pouco era expressão de uma *moderna política de massas* - tornar-se-ia obsoleta (Dreifuss, 1981, p. 34). A reorganização da estrutura de classes no Brasil, com a ascendência de um capital multinacional e associado cujo poder incluía simbolizar a possibilidade do moderno, estabelece a necessidade de um *novo tempo da política*. Assim, tornava-se necessário e urgente contornar os tradicionais centros de articulação populista, ritmados pelo tempo indesejável do *pacto conservador e da política de massas* no país (Dreifuss, 1981, p. 35).

O dilema então posto acerca do *sentido do desenvolvimento*, que pode ser exposto pela contradição entre *acumulação e repartição*, expressa a veloz erosão da forma de dominação lograda desde a última crise política, em 1945. Roberto Campos, um dos principais intelectuais orgânicos da burguesia no momento, avaliava assim, em documento de 1959, os meios de se renovar as expectativas no futuro do sistema.

Optar pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o índice de desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais. Se o *ritmo de desenvolvimento for rápido, a desigualdade pode ser tolerada e controlada com o tempo. Se o ritmo de desenvolvimento cair em decorrência de incentivos inadequados, praticar a justiça distributiva transforma-se em participação na pobreza*. Obviamente, isso não quer dizer que se deva deixar sem controle os instintos predatórios que ocasionalmente se acham presentes em certos setores capitalistas. Isso significa meramente, dentro do nosso *estágio de evolução cultural*, que a preservação de incentivos para o crescimento da produção deve ter prioridade sobre medidas que visem a sua redistribuição (CAMPOS *apud* Dreifuss, 1981, p. 46).

Dar voz a Roberto Campos é dar voz a um grupo social fortalecido pelas circunstâncias: os *tecno-empresários*. Eles pareciam fundamentar o prestígio que então auferiam em uma relação ambivalente com o tempo: apesar de estarem entre nós, neles é identificado um potencial modernizante capaz de nos *atualizar*, viabilizando a superação de nossa condição atrasada. Suas associações, que desde JK cercam o Estado capitalista no Brasil, são percebidas como *formas modernas de dominação*, não apenas por tentarem aportar ao Estado os *padrões de eficiência* verificados no centro do sistema, mas sobretudo porque representam efetivamente barreiras contra a participação democrática – cujo tempo próprio é avesso ao ritmo de desenvolvimento agora necessário em situação de *atraso*. Por conseguinte, os efeitos contraditórios postos pela aceleração do capitalismo seriam amainados graças à expectativa da partilha dos frutos do progresso, evitando a erosão do poder e da eficiência no sistema político.

Deste ponto de vista, parece propriamente trágico que o *tempo da política de massas* tenha frequentemente se imposto, sobretudo entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 – e novamente desde os anos 1980. A historiografia sobre a chamada *luta pelas reformas de base* no Brasil é longa e animada, até bem pouco tempo atrás, um intenso debate sobre o sentido histórico do golpe empresarial-militar de 1964. O assalto ao Estado e a ditadura que o seguiu, do ponto de vista que se desenvolve neste texto, sugerem a manifestação da reiterada tentativa de *modernização da prática política brasileira*, mas agora em novos termos, postos pelo desenvolvimento de uma forma política do capital multinacional e associado.

Uma forma política para o capital multinacional e associado: apontamentos para o estudo de duas missões da Usaid ao Brasil em 1970

O defendido na seção anterior não incorre em nenhuma espécie de fatalismo, como se a ditadura estivesse destinada a acontecer graças ao novo ritmo do mundo – inclusive porque a ditadura, por si mesma, não foi garantia de um compasso de desenvolvimento considerado adequado, graças a alianças com os “políticos tradicionais” vistos como *atrasados* pelos setores modernizantes do regime (Ianni, 2019). Com efeito, antes de passarem à guerra aberta, as vanguardas burguesas tentaram um arranjo político que permitisse acomodar as novas determinações postas pelos efeitos do capital multinacional na estrutura de classes do país. O governo JK representa importante momento para esta análise, graças ao aparecimento ali de germes de uma forma política própria desse movimento. René Dreifuss analisa assim o recorte.

Os interesses multinacionais e associados tiveram de procurar outros fatores para produzir diretrizes que levassem à sua consolidação econômica. Juscelino Kubitschek proporcionou essa estrutura apropriada. Com efeito, com a implantação de seu Plano de Metas, e como pré-requisito para a sua realização, foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Eles formavam uma ‘administração paralela’ coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias *velhas* e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista (Dreifuss, 1981, p. 35).

A “*administração paralela*”, superando as burocracias velhas e inúteis¹⁵, conseguia projetar uma forma de governo em ritmo adequado aos novos tempos da modernização. Sendo o Congresso “um reduto conservador, que era *lento e impróprio* para a articulação dos interesses multinacionais e associados”, a superação do problema foi tentar contornar seus centros de poder (Dreifuss, 1981, p. 35). Segue nosso autor.

O Congresso inicialmente apoiaria Juscelino Kubitschek através da aliança PSD/PTB, apoiando o seu programa de desenvolvimento “conduzido pelo Estado”, desde que o governo representasse os interesses da maioria parlamentar. Porém, à medida que o Executivo se envolvia em sua política de modernização, o Congresso consolidava a sua presença política através de uma atitude conservadora em relação ao Executivo e interesses industrializantes que ele representava. A presença conservadora do Congresso cristalizava-se em decorrência da lógica das alianças e da necessidade de conciliação, do clientelismo, dos interesses tradicionais e da oligarquia rural que até então ele representava. Assim, as práticas do sistema político populista faziam do Congresso um reduto conservador, que era *lento e impróprio* para a articulação dos interesses multinacionais e associados favorecidos pelo governo de Juscelino Kubitschek (Dreifuss, 1981, p. 35).

Ao tentar acompanhar o desenvolvimento da forma política do capital multinacional e associado, René Dreifuss nota um salto de qualidade entre os dias 20 e 26 de janeiro de 1963. Na ocasião, vanguardas burguesas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Estado Maior de sua organização no período, reuniram-se no Primeiro Congresso Brasileiro para a Definição de Reformas de Base, realizado em São Paulo. Vale lembrar que, no início dos anos 1960, a crise política se manifestava no debate sobre as *reformas* do capitalismo brasileiro, que atraíam muita atenção de diferentes setores sociais, incluindo comunistas que pretendiam, através delas, pavimentar o caminho para o socialismo¹⁶. Sediado pela Faculdade de Direito de São Paulo, o evento transcorreu, nas palavras de nosso autor, “em uma atmosfera carregada em termos emocionais, com um público estimado em vinte e duas mil pessoas, durante sete dias de sessões” (Dreifuss, 1981, p. 243). A grande audiência pode ser explicada: nos dias que antecederam o evento, grandes jornais como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e a *Folha de S. Paulo*, patrocinadores do Congresso, divulgaram-no intensamente em suas edições. O *Correio da Manhã* do dia 16 de janeiro de 1963, por exemplo, dedicou metade da parte superior da página 6 para o assunto. O texto, de autor não identificado, considera o evento

Um empreendimento inédito: o de reunir espécie de parlamento brasileiro de técnicos, especialistas, intelectuais e leigos para discutir e esclarecer problemas de importância transcendental para o futuro da nação. Sabe-se quais são essas reformas de base: em primeira linha, a agrária, a tributária e

¹⁵ Dreifuss mostra, assim, como o ritmo histórico logrado pelo tempo da consumação do pacto conservador era visto como distúrbio no caminho do desenvolvimento do capital multinacional e associado. Da parte de texto, sugere-se que as frações ligadas a esse capital conseguiram refletir a imagem do progresso que tanto seduz a consciência do atraso. Não sem razão a forma política do desenvolvimento multinacional ser frequentemente moderna nos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira da época, como os jornais empresariais.

¹⁶ Sobre essa crise, há importantes contribuições. Indico particularmente a tese de doutoramento de Demian Melo. Ver: Melo (2013).

a bancária; depois, reformas indispensáveis da legislação eleitoral, do ensino, das comunicações e outras. (...) É claro que reformas dessa magnitude são recebidas, pelos diferentes grupos sociais e econômicos do povo, de maneiras muito diferentes. Não há, talvez, um único ponto sobre o qual exista consenso. É fatalmente assim. Mas acreditamos no recurso especificamente democrático da discussão livre para eliminar equívocos e confusões e para chegar-se a um consenso pelo menos relativo, que será capaz de desempenhar o papel de base das reformas de base (Podêres, 1963, p. 4).

Essa ideia de *levar o Brasil para o futuro* é reiterada pelo trabalho dos *técnicos* que atuariam no evento: Oscar Egydio de Araújo, por exemplo, defenderia que *modernos* métodos agrícolas seriam capazes de superar a *crise alimentar* no país (Falta, 1963, p.6). A política de sua técnica fica evidente na perspectiva de enfrentamento do problema, que não toca na distribuição fundiária – isso em um período de acirramento da luta pela reforma agrária. Com as conferências do Primeiro Congresso Brasileiro para a Definição de Reformas de Base, o “parlamento brasileiro de técnicos” tentaria solucionar a principal expressão do conflito político de seu tempo por intermédio de uma *forma de fazer política* vista como “inédita no país” – com “aura de formulação tecnocrática”, mas conteúdo de classe (Dreifuss, 1981, p. 243). De acordo com René Dreifuss.

O Congresso constituiu o fórum no qual um abrangente conjunto de recomendações de diretrizes, estudos aprofundados e *position papers* foram apresentados, publicamente definindo a orientação da elite orgânica em relação às reformas institucionais e estruturais. Com a aura de formulação tecnocrática de diretrizes políticas, o Congresso propiciou a base lógica para a intervenção empresarial direta e pública na política brasileira, um verdadeiro *programa de governo em potencial* (Dreifuss, 1981, p. 243).

Entendo que um programa de governo em potencial inclui não apenas diretrizes do que dentro dessa forma política é chamado de *políticas públicas*, mas também a projeção de métodos adequados ao exercício do poder. O desenlace das lutas de classes no período, no entanto, põe um contratempo a esse desenvolvimento. A crise social então existente não conseguiu ser resolvida pela associação de técnicos, sobretudo porque a mobilização popular no sentido contra-hegemônico pareceu não poder ser controlada sem o recurso à violência aberta. A dita *ideologia da segurança nacional* sugere o grau da ameaça percebida. Na conjuntura, ela foi capaz de fortalecer os elementos contrarrevolucionários de nossas classes dominantes e atualizar o pacto conservador, tática presente no inventário de tecnologias políticas de nossos dominantes, cuja ativação no período foi vista como um passo atrás no ritmo do desenvolvimento, sobretudo por forçar alianças com setores mais *atrasados* das classes dominantes. A ditadura tentaria apressar o passo, mas com segurança, como bem expresso agora pela *doutrina de segurança nacional e desenvolvimento* projetada pelas frações *modernizantes* do regime¹⁷.

O movimento de uma classe internacionalizada, porém, não pode ser compreendido em um país só. A face estadunidense do desenvolvimento dessa forma política nos anos 1960 pode ser estudada através dos *Foreign Assistance Acts* editados na década. O texto de 1961 diz que o Congresso estadunidense

¹⁷ A melhor discussão que conheço sobre a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento está em Alves (1984).

(...) acredita que profundas transformações políticas, econômicas e tecnológicas resultaram na interdependência das nações. O Congresso declara que as liberdades individuais, a prosperidade econômica e a segurança do povo dos Estados Unidos são melhor sustentadas e melhoradas em uma comunidade de nações que respeitam direitos e liberdades civis e econômicos, e que trabalha junta para usar sabiamente os limitados recursos naturais em um sistema econômico aberto e equitativo. Para além disso, o Congresso reafirma os tradicionais ideais humanitários do povo americano e renova seu compromisso com a assistência dos povos em países em desenvolvimento para eliminar a fome, pobreza, doença e a ignorância.

Portanto, o Congresso declara que um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos é o encorajamento e suporte sustentado ao povo dos países em desenvolvimento em seus esforços para adquirir conhecimento e recursos essenciais ao desenvolvimento e a construção das instituições econômicas, políticas e sociais necessárias à melhoria de sua qualidade de vida (United States of America, 1961, p.19).

Em 1966, há novamente impressa a relação entre *instituições democráticas* (“privadas ou dos governos locais”) e *desenvolvimento*, isto é, entre a expansão do capital multinacional e o estabelecimento de canais de expressão política de seus interesses nos países periféricos – alguns deles dominados por regimes autoritários, como o Brasil (United States of America, 1966. p. 800). Já em 1968, encoraja-se a ampliação dos canais de pressão sobre os sistemas políticos.

(...) o crescimento da participação de instituições democráticas privadas e de governos locais na execução de programas de assistência. Essa é uma instrução importante. Sem ampla participação popular e sem as instituições que a tornam possível, o impacto da ajuda será significativamente limitado (Gaud, 1968).

Em 1969, John Hannah, administrador da *Agency for International Development* (USAID), e William Rogers, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, preparam resposta àquelas manifestações. Por consulta a documentos do Departamento de Estado estadunidense, ficamos sabendo que ambos dirigem a implementação de programas em três áreas, que chamam de “desenvolvimento legislativo”, “instituições de pesquisa e educação em políticas públicas” e “domínio da lei” (Rogers, 1970a) . “A principal ênfase desses programas serão”:

Melhoria das capacidades técnicas dos órgãos legislativos (por exemplo, fornecer treinamento aos funcionários dos órgãos legislativos para capacitá-los a conduzir seus negócios de maneira mais profissional e eficaz, para auxiliar no desenvolvimento de pesquisas legislativas e serviços de referência etc.)

Fortalecimento da pesquisa indígena e instituições educacionais preocupadas com o estudo de questões e políticas públicas (ou seja, instituições civis que realizariam funções um tanto comparáveis às que a Brookings Institution desempenha nos EUA, ajudando os líderes de diferentes grupos a se reunirem para identificar os principais problemas socioeconômicos que enfrentam seu país e utilizando suas instalações para contribuir mais ativamente para a sua solução das questões públicas)

Legislação e desenvolvimento de instituições jurídicas, especialmente formas de ajudar os países a promover uma distribuição mais equitativa da justiça e um acesso mais amplo ao processo judicial por parte do povo (Rogers, 1970a)

O planejamento envolvia cooperação ativa de “organizações não-governamentais” dos Estados Unidos, tais como universidades e fundações. Por meio delas, esperava-se:

1. Fortalecer e aumentar o envolvimento privado e profissional nessas áreas e o caráter internacional do programa de treinamento
2. Minimizar o envolvimento direto do governo dos Estados Unidos
3. Aliviar a Missão (do USAID) do fardo das negociações, do monitoramento etc., do projeto
4. Encorajar o desenvolvimento de instituições não-governamentais dos EUA, capazes de obter apoio financeiro não relacionado à USAID para continuar e, se apropriado, expandir esses programas (Rogers, 1970a, p.2).

Para implementar o projeto, a USAID responsabilizava-se por conduzir “estudos de viabilidade” nos países-alvo. Lideranças de grupos relevantes da sociedade estadunidense seriam então recrutadas para excursões pelas regiões de interesse, a fim de “avaliar o clima” para projetos como esse (Rogers, 1970a, p. 2). Dois grupos foram mobilizados: primeiro, o *Suny Team*, o “time da *State University of New York*”, liderado pelo professor de administração pública, Walter Louis Balk, mas incluindo membros de fora da universidade. Sempre de acordo com a documentação, o grupo fora escolhido pelo desempenho em treinamento de quatro semanas oferecido pela USAID ao Congresso brasileiro havia pouco tempo (Rogers, 1970a, p.3). A outra expedição seria de membros da *Brookings Institution*, tradicional arena de debates de *políticas públicas* nos Estados Unidos, e que, segundo a fonte, pretendia *estimular organizações homólogas em países em desenvolvimento*.

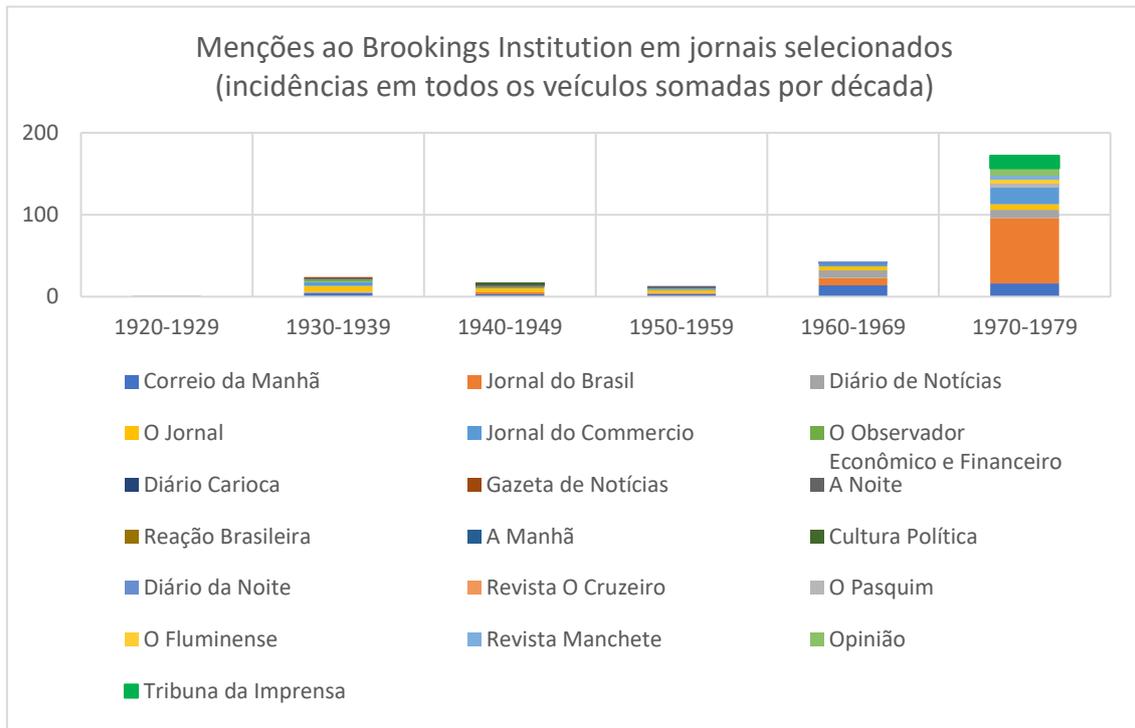
Em junho de 1970, o Suny Team chega ao Brasil, um dos países enfim escolhidos para hospedar o projeto. Comandado pelo professor Balk, o grupo contava ainda com Donald Axelrod, deputado responsável pelo orçamento do Estado de Nova Iorque; professor Alan Kornberg, da Universidade de Duque e especialista em processo legislativo; professor Carlos Astiz, cientista político igualmente da *State University of New York* e especialista em política de desenvolvimento latino-americana; Al Abrams, secretário do Senado do Estado de Nova Iorque; e o professor Lloyd Musolf, da Universidade da Califórnia e diretor do departamento de pesquisa de governo. Em uma das últimas mensagens antes da partida da missão enviadas pelo subsecretário de Estado dos Estados Unidos, William Rogers, à embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, pediu-se atenção ao fato de que a visita tinha como objetivo analisar a viabilidade da formação de organizações capazes de prestar assistência ao que chamou de “tecnologia legislativa” – em vez de ela mesma prestar essa assistência (Rogers, 1970b, p.2). Os motivos do telegrama que voou dos Estados Unidos ao Rio de Janeiro em 6 de junho de 1970 destacarem esse elemento ainda não ficaram claros, mas, junto com a informação do curso oferecido pouco tempo antes pela USAID, sugere-se que aquela assistência direta era algo frequente.

A troca de comunicações entre a embaixada do Rio de Janeiro e o Departamento de Estado nos Estados Unidos dá indícios de que sugestões de contatos preferenciais foram feitas à missão. Fontes citam a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como locais em que se poderiam recrutar contatos capazes de instruir os enviados no “clima” do país. Ao deixar o Brasil, o “Suny Team” parece ter se certificado de que o país estava pronto para receber o projeto. Documentos indicam que um encontro entre a *Brookings Institution* - um *think tank* estadunidense já então com grande influência sobre os poderes políticos em Washington, responsável por liderar a segunda missão, e a Fundação Getúlio Vargas já fora deixado acertado ainda na primeira visita – e é curioso que o telegrama informando o acordo tenha transparecido certo desconforto dos representantes da FGV com sua repercussão (Ellis, 1970).

Antes da segunda excursão chegar ao Brasil, em julho de 1970, a *Brookings Institution* tornara-se mais conhecida nos últimos anos sobretudo pela imprensa. A organização figurava nos jornais brasileiros como expressão do *moderno*, capaz de tratar propriamente *científico* da política. No *Correio da Manhã* de 25 de janeiro de 1962, por exemplo, o empreiteiro e *ipesiano* Haroldo Cecil Poland, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada (Sinicon) e futura fonte do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura, põe-se na defesa da concentração de renda como *motor do desenvolvimento nacional* (Poland, 1962, p.2). Para tanto, recorre a estudo da *Brookings Institution*, que teria identificado, nos países centrais, a relação entre a capacidade de poupança dos ricos e uma maior capacidade de investimento.

Um enfoque mais quantitativo permite divisar a curva das menções na imprensa a textos produzidos pela *Brookings Institution* entre os anos 1920 e 1979, período que interessa à pesquisa, e que se imaginava haver um crescimento do impacto internacional da iniciativa, graças ao movimento da burguesia imperialista cujo desenvolvimento de uma forma política agora acompanhamos. Até aqui já foi possível investigar as referências nos jornais fluminenses disponíveis *digitalmente* no site da Biblioteca Nacional. Além de confirmar a expansão das menções imaginada, os dados coletados também expressam o papel significativo que o *Jornal do Brasil (JB)* teve na divulgação da entidade, pelo menos entre o público leitor dos produtos da grande imprensa no país. Vale lembrar que, no período, o JB passou por sua conhecida “reforma”, que o tornou símbolo do *jornalismo moderno* no Brasil¹⁸.

¹⁸ Refletindo sobre a reforma do JB depois de deixar sua direção, em 1973, Dines associava a ideia de profissionalização a uma abstrata qualificação do produto final vendido: a informação. Para ele, seu modo de produção deveria ser compartimentado, mobilizando especialistas em diferentes etapas do processo produtivo, o que resultaria em um produto final cujo valor seria quase pedagógico. Daí que a notícia deveria ser sempre contextualizada, de “elevado nível cultural”, capaz de pôr o leitor “à altura do mundo”. Ver: Dines (1996, p. 22)

Figura 2. Menções à Brookings Institution em jornais selecionados

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A visita da *Brookings Institution* e seu objetivo de semear entidades homólogas na sociedade civil parece ter dado frutos. A pesquisa no acervo do SNI da ditadura, disponível no Arquivo Nacional, revela documento de inquérito realizado em 16 de agosto de 1973. Trata-se da investigação de uma iniciativa política então em curso, para a qual documentos foram recolhidos pelos órgãos de polícia. Uma das folhas apreendidas convida para uma reunião a ser realizada em 14 de junho de 1973 no salão vermelho do Copacabana Palace. Na ocasião, ocorreria o lançamento do *Instituto Max Weber de Estudos e Pesquisas*, segundo a missiva, “um instrumento” capaz de enfrentar “os problemas cruciais de nosso país e nosso tempo”. Na nota que vai junto do convite, os remetentes indicam que, “com um projeto desse tipo, tem-se em vista criar uma entidade que apresente algumas características semelhantes a *Brookings Institution*, de Washington”. Isso, claro, “nas modestas proporções em que é possível iniciar-se, no Brasil, um projeto desse tipo”. Para tanto, a organização deveria assumir uma forma apropriada: a de uma “sociedade civil, sem finalidade financeira, situada no quadro institucional da PUC – mas com autonomia financeira, administrativa e acadêmica”. E cumprir condições necessárias, quais sejam, “dispor de uma pequena equipe inicial de ‘scholars’, apta a lhe assegurar, em suas áreas prioritárias de interesse, um alto nível de qualidade acadêmica” (Arquivo Nacional, 1973, p. 6).

A ata da reunião, igualmente apreendida pelo SNI, fornece alguns indícios de como as vanguardas dos dominantes no Brasil viam esse tipo de iniciativa. Hélio Jaguaribe, por exemplo, expõe como a entidade deveria ser inspirar em modernos centros de formulação política dos Estados Unidos e da Inglaterra. Antônio Gallotti e José

Vieira Coelho, por sua vez, discordaram da proposição de que se adotasse um nome brasileiro, opinando que a denominação da organização, em homenagem a Max Weber, teria o mérito de favorecer sua “inserção no quadro internacional da cultura”, graças ao seu apelo a uma “neutralidade valorativa” – o que não é mais do que a defesa de um tipo específico de politização, favorável ao exercício do poder pelos “*scholars*” (Arquivo Nacional, 1973, p. 9).

Pretendia-se, assim, evitar os bolsões onde a forma *tradicional* de política prevalecia – com seu ritmo próprio, modorrento, expressão quase *folclórica* do Brasil. Desde então, o número de entidades similares, conhecidas como *think tanks*, explode no país, seguindo um movimento que se irradia dos Estados Unidos para sua periferia. Ele convive com o atraso – não, ele fundamenta o atraso, que é condição necessária para que existam entre nós *think tanks*. O prestígio da técnica em uma sociedade periférica, afinal, está na sua suposta capacidade de expressar um padrão de experimentos testados com sucesso antes, minimizando erros e acelerando sua marcha ao futuro.

A expansão deste tipo associativo no Brasil entre os anos 1980 e 1990 se dá em paralelo a um momento de grande inflexão na história global: o esvanecimento da alternativa sistêmica representada pela União Soviética. Em momentos que devem ter sido eufóricos, às classes dominantes se abria um novo horizonte histórico, no qual não poucos viram a paz perpétua.

As pedras vão cantar

Ô tempo duro no ambiente
Ô tempo escuro na memória
O tempo é quente
E o dragão é voraz
Vamos embora de repente
Vamos embora sem demora
Vamos pra frente que pra trás não dá mais
Dominguinhos e Fausto Nilo (1991)

Em 1992, a maior rede de televisão do país tocava a canção de Dominguinhos e Fausto Nilo cantada por Fagner em uma abertura de suas famosas novelas em faixa de grande audiência, chamada *nobre*. Ainda que refratada pela mercantilização operada por um conglomerado capitalista poderosíssimo, percebe-se ali a cristalização de experiências históricas na forma de um produto cultural de origem popular. O tempo duro no ambiente e o tempo escuro na memória exprimiam, assim, afetos que circulavam entre setores subalternos naquela que talvez fosse mais propriamente chamada de sociedade pós-ditatorial brasileira. A *pressa* ainda presente na composição, por seu turno, indica a longevidade e o alcance, em termos de abrangência social mesmo, daquela *consciência do atraso* – ainda que aqui ela apareça no movimento de uma classe social distinta, para a qual *atraso* é rico morar na praia, mas quem *trabalha* não ter onde morar.

A contraposição dessa consciência por classes antagônicas em momentos diferentes, ainda que historicamente aproximados, cumpre, pois, o papel de delinear a expressão de uma experiência que certamente não é nacional, mas talvez seja tipicamente *periférica*: a de que o capitalismo só pode se reproduzir com a expectativa de

um futuro melhor imaginado no *centro* do sistema. Convém destacar que uma observação desta natureza reforça a importância, especialmente nas formações sociais dependentes, de se investigar os chamados aparelhos privados de hegemonia – instrumentos de expressão do movimento das classes na forma da *cultura*, isto é, da dimensão em que se forjam aquelas expectativas.

Neste texto, vimos como um movimento de uma fração internacionalizada da classe dominante age para *modernizar a gestão política do país*, o que vale o mesmo que dizer que esse setor luta para adequar a dinâmica que preside a preparação do futuro social ao ritmo requerido por sua inserção *com atraso* no tempo da história. Da perspectiva das nossas classes dominantes, o desenvolvimento acelerado do capitalismo deve corresponder à aceleração de sua marcha nesse tempo.

A forma de dominação urdida nessas condições consistiu em um ajuste que fosse capaz de contornar as pressões populares. Vale reforçar: pressões vistas, por um lado, como *intervenções de um povo* com outro ritmo social, cuja lentidão relativa seria capaz de prolongar o tempo necessário de *modernização*; e, por outro, vistas como de alcance potencialmente catastrófico, considerada a tendência contraditória posta pela própria modernização, que ameaça esgarçar o tecido entre os tempos da sociedade e da política.

Durante a ditadura, a miragem de um governo *racional-burocrático*, livre dos encantos do folclore nacional, patrocinou duas missões da USAID ao Brasil. Intelectuais orgânicos de frações da burguesia imperialista estadunidense vieram ao país ministrar cursos sobre *eficiência de governo* – cuja padrão de operação seria contrário aos objetivos do que se chamou de *desenvolvimento da América Latina*. Passaram pelo Congresso Nacional, onde se encontraram com deputados. Estiveram na sede do Rio de Janeiro da FGV, onde foram informados do apreço que a entidade nutria pelo objetivo da missão: estimular a formação no país de associações similares à *Brookings Institution*. Essas entidades reuniriam técnicos capazes de *modernizar* a operação do sistema político brasileiro. Aquela miragem do governo *racional* finalmente impulsioneira a criação do Instituto Max Weber de Pesquisas Sociais, ainda na década de 1970, como *piloto* de um projeto de expansão do associativismo burguês no Brasil.

O objeto analisado, assim, carrega tons próprios da sociabilidade brasileira, mas se insere em uma iniciativa burguesa efetivada em escala planetária. Esforço impulsionado como resposta a uma crise de proporções sistêmicas – aquela verificada na passagem dos anos sessenta aos setenta. Faz sentido, portanto, que enfrentamentos, como o do problema da *governança* e dos diversos tipos de *controle social*, tenham se manifestado entre intelectuais do capitalismo central (Chamayou, 2020). No processo, tentou-se conter uma determinada forma de politização das classes trabalhadoras, que ameaçava as bases de reprodução do sistema – isso tudo em época marcada pela manifestação de uma alternativa histórica representada pela União Soviética. Seu desaparecimento, assim, consistiria em alívio importante das pressões sobre o capitalismo. Longe, contudo, de resolver o problema *crítico* que os anos 1960 e 1970 teriam manifestado – daí a necessidade de intensificar os esforços para a construção do consenso acerca do desejado *fim da História*.

É, enfim, interessante que a perspectiva narrada por Dominginhos e Fausto Nilo, indivíduos de extração popular escrevendo nessa importante encruzilhada do tempo histórico (1991), seja diametralmente oposta. A letra da canção que abriu esta

seção feita à guisa de conclusão continua: “Pra ser feliz num lugar/ Pra sorrir e cantar/ Tanta coisa a gente inventa”. Com efeito, nossos personagens deixam marcada na obra sua capacidade *poética*, isto é, aquela propriamente responsável pela dimensão dos afetos, sentimentos e expectativas (Aristóteles, 1991). Desse ponto de vista, a invenção da expectativa que seria condição de reprodução do capitalismo entre nós não seria prerrogativa burguesa, mas capacidade da classe cujos ecos da experiência histórica são ali ouvidos. Inventividade, contudo, restringida pelo crescente hiato entre aquela esperança da felicidade e a realidade, que não cessa de negar sua efetivação nos marcos da sociabilidade existente, especialmente nos tempos que corriam então.

Não é que a dominação não opere nesta dimensão - é que se entende que, para se exercer, ela deve contar com anuência decisiva de quem inventa a expectativa diante de condições que encontra dadas. Não chega a espantar, por conseguinte, que um cristal da cultura popular apresente de modo mais completo o *gérmen* da hegemonia, isto é, do fruto maduro do consenso que é expressão da associação dos dominados ao desenvolvimento da sociabilidade burguesa. No nosso caso, o horizonte de obsolescência de qualquer associação do tipo é limitado *também* pelo caráter *dependente* e *retardatário* desse desenvolvimento, tornado propriamente *crítico* no pós-1980, quando começa a evanescer a ilusão de progresso posta pela *desaceleração* do capitalismo brasileiro – cenário que, a julgar pelo comentário do acadêmico da FGV na primeira seção deste artigo, põe na ordem do dia o debate sobre novas formas de dominação para resolver a crise. Porque “*no dia que a poesia se arrependa é que as pedras vão cantar*”.

Referências

- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A Geração de 1870 na crise do Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1991.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê de investigação do Serviço Nacional de Informações sobre a criação do Instituto de Pesquisas Max Weber*, 15 de agosto de 1973. Documento disponível digitalmente no site do Arquivo Nacional. Procurar por referência: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.309, segunda inserção.
- BARBOSA, Nelson. *Evolução do PIB per capita e situação política*. Blog do IBRE/FGV, fevereiro de 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica> (acessado dia 28 de julho de 2022)
- CHAMAYOU, Gregoire. *A sociedade ingovernável*. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020
- DINES, Alberto. Tendências no Jornalismo Brasileiro. In: *Seminário de Comunicação Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1996
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981
- ELLIS. Programs in Democratic Institution Building - Brookings Visit, 1970. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161417/> (acessado em 28 de julho de 2022, às 16h33)
- FALTA de plantio e de métodos modernos para culturas causa a crise alimentar, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1963, p. 6.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- GAUD, William. Foreword. Primer on Title IX of the United States Foreign Assistance Act, 1968. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1169816/> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h23)
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Atlas, 1997
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 1970*. Brasília: Governo Federal, 1970.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1. Posfácio à segunda edição. São Paulo: Boitempo, 2014
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

- MELO, Demian. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira. A primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997
- PODÊRES e as Reformas, Os, *Correio da Manhã*, 16 de janeiro de 1963, p. 4
- POLAND, Haroldo Cecil. Presépio de político. *Correio da manhã*, 25 de janeiro de 1962
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ROGERS, William. Programs in Democratic Institution Building, 1970a. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161422/> p.1 (acessado em 28 de julho de 2022, às 10h32)
- _____. Programs in Democratic Institution Building: Assistance to Legislatures, 1970b. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161409/> p.2 (acessado em 28 de julho de 2022, às 10h56)
- ROSTOW, W. W. The stages of economic growth. *Economic history review*, agosto de 1959
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo racial. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- UNITED STATES OF AMERICA. *Foreign Assistance Act*, 1961. Disponível digitalmente em: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Foreign%20Assistance%20Act%20Of%201961.pdf> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h05)
- _____. *Amendment to 1961 Foreign Assistance Act*, 1966, p. 800. Disponível digitalmente em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-80/pdf/STATUTE-80-Pg795-3.pdf> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h15)
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

Recebido em 13 de julho de 2022

Aprovado em 13 de julho de 2022